



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA (COM EDUARDA ESPOSITO)
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Censura?

O senador Eduardo Girão (Novo-CE) está processando a TV Senado por cortar suas falas a respeito dos conflitos de interesses do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP) no caso Master. Girão destaca que o indicado de Alcolumbre na Amapá Previdência (Amprev), Jocildo Lemos, é investigado por irregularidades de recursos e aprovou o investimento de R\$ 400 milhões do fundo em letras financeiras de alto risco do Master. Além disso, lembra que o irmão do presidente, Alberto Alcolumbre, é conselheiro fiscal da Amprev.

Casa nova

A saída do deputado Alfredo Gaspar do União Brasil para o PL já era algo previsto há pelo menos duas semanas. Aliados do relator da CPI do INSS relataram à coluna um jantar entre Gaspar com o deputado Arthur Lira (PP-AL), em um restaurante do Lago Sul, no último dia 11.

Cardápio

Na conversa, uma tentativa de manter Gaspar na federação. Mas o então deputado do União Brasil recusou a proposta. Gaspar e Lira são pré-candidatos ao Senado por Alagoas, e o relator não acreditou no argumento do ex-presidente da Câmara dos Deputados de que havia espaço para ambos na chapa.

Ranking regional

O Conselho Nacional de Secretários do Planejamento (Conseplan) promoverá, de 5 a 7 de maio, um encontro com governadores e candidatos para tratar da eficiência de políticas públicas. Na ocasião, será lançado o Ranking de Competitividade, com dados compilados sobre as gestões estaduais dos últimos três anos.

Eles vão falar

Os governadores Eduardo Riedel (Mato Grosso do Sul); João Azevedo (Paraíba); Mateus Simões (Minas Gerais); Eduardo Leite (Rio Grande do Sul); e o diretor-presidente do Centro de Liderança Pública (CLP), João Tadeu Barros, são os painelistas confirmados. O evento pode receber ainda a pré-candidata ao Senado por São Paulo, Simone Tebet.

Dias contados para a CPI do Crime

A derrota acachapante da CPMI do INSS no plenário do Supremo Tribunal Federal sinaliza o que está se desenhando para a CPI do Crime Organizado. Os ingredientes são os mesmos. A Corte já impôs limites claros às investidas do colegiado. Em duas decisões distintas, suspendeu a quebra de sigilo do fundo de investimento Areen e da Marid, empresa da família Toffoli. Arleen e Marid são peças centrais nos negócios relativos ao resort Tayayá.

A determinação do relator Alessandro Vieira em aprofundar os desvios do escândalo Master, inclusive, a conduta dos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, enfrenta

resistência não apenas do Supremo, mas no próprio Congresso.

É expressiva a quantidade de políticos que não têm interesse em ver seus nomes expostos em uma CPI a sete meses da eleição.

O fator de instabilidade é a provável delação de Daniel Vorcaro. A depender das revelações do banqueiro, o escândalo Master pode impactar a opinião pública e os planos eleitorais de diversos candidatos. Somente a pressão das ruas pode se contrapor à operação abafa para conter os efeitos explosivos de Daniel Vorcaro e sua teia de relacionamentos.



Chlo Gomez/ICB/D.A. Press

Ambição

Há ainda a ideia de se criar um Conselho Nacional (Conplan) para que o Brasil tenha uma estratégia de Estado, especialmente em obras e ações sociais.

De volta ao Estado

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) participou da Plenária Nacional em defesa da reestatização da BR Distribuidora, da Liqueigás e das refinarias privatizadas. A entidade sindical informou que, entre 2013 e 2022, foram vendidos 96 ativos da Petrobrás, sendo 68 deles apenas durante o governo Bolsonaro — o equivalente a 71% do total.

Política reversa

Segundo a FUP, as análises demonstram que a alienação de ativos não resultou em aumento de produção. Entre 2010 e 2014, a Refinaria de Mataripe (antiga Rlam, na Bahia) operava com produção média de 300 mil barris por dia. Esse volume caiu para 245 mil barris diários após 2021, quando foi privatizada. O mesmo ocorreu na Ream (antiga Reman, no Amazonas), que passou de 42 mil barris/dia para 26 mil barris/dia no mesmo período.

Papo reto

Ao assumir a 1ª vice-presidência da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara, a deputada Erika Kokay (PT-DF) deixou claro seu posicionamento acerca do tema: “Direitos humanos não são privilégios, são a condição necessária para que possamos ser, em plenitude, humanos”.

Hora dos jovens

As juventudes do PT, PSol, Rede, PDT, PSB, Partido Verde e do PCdoB lançaram o Fórum das Juventudes Progressistas, marco que reposiciona os jovens no centro do debate político. O objetivo é fortalecer a organização coletiva e reafirmar o papel da juventude na construção de um projeto de país mais justo, democrático e conectado com o povo.

PODER

Eleição dura pouco no Rio

Pleito que elegeu Douglas Ruas presidente da Alerj é anulado. Desembargadora considerou que houve desrespeito ao TSE

» IAGO MAC CORD

Decisão da desembargadora Suely Lopes Magalhães, presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJR), anulou a eleição do deputado estadual Douglas Ruas (PL) como novo presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Atendendo aos partidos que fazem oposição ao PL, a magistrada frisou que o pleito só poderia ter sido realizado depois da retotalização dos votos das eleições de 2022 pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ). É o que determina o acórdão da cassação do mandato do ex-presidente da Casa, Rodrigo Bacellar (União), pelo TSE, na terça-feira.

A legalidade do rito foi contestada por partidos de oposição, como PSD e PDT, que boicotaram a eleição indireta. Douglas Ruas foi o único candidato. Obteve 45 votos de 47 deputados presentes, de um total de 70 parlamentares que compõem a Alerj.

Entre os argumentos apresentados pelos partidos opositores, acolhidos pela desembargadora, está o descumprimento do Regimento Interno da Alerj, que exige um prazo de 48 horas entre a publicação do edital e a votação. Isso não ocorreu, já que o chamamento público foi publicado no mesmo dia da eleição.

A desembargadora ressaltou, ainda, que a retotalização dos 97.822 votos obtidos por Bacellar, em 2022, é indispensável para definir o quociente eleitoral e a composição das bancadas e dos suplentes. Esse procedimento será feito pelo TRE-RJ na próxima terça-feira, a partir das 15h.

“A cronologia lógica a ser observada no cumprimento da decisão da Justiça Eleitoral é inequívoca: primeiro retotalizar os votos, para assegurar a legitimidade da

composição da Casa Legislativa, e, assim, a higidez do colégio eleitoral e do próprio sufrágio interno que se avizinha; e só então deflagrar o processo eleitoral”, destacou a desembargadora.

Ainda segundo a desembargadora, houve uma “manobra” e o “cumprimento aparentemente distorcido” da decisão do TSE. E frisou que, apesar da urgência institucional, é necessário que se defina a composição legítima da Assembleia antes de qualquer eleição interna, que, inclusive, está diretamente ligada ao comando do governo do estado.

“A indigitada manobra envolve o cumprimento — aparentemente distorcido — de uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral e uma potencial interferência no corpo de eleitores que escolherá, por sufrágio interno, o agente público incumbido não apenas da Presidência da Assembleia Legislativa, mas, em última análise e ato contínuo, do próprio Governo do Estado do Rio de Janeiro”, salientou.

O governo do Estado do Rio de Janeiro passa por um vácuo de poder. O ex-vice-governador eleito em 2022, Tiago Pampolha, renunciou ao posto para assumir uma das cadeiras do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ). Na linha sucessória, quem deveria assumir era Bacellar, afastado da presidência da Alerj por conta a investigação de seu envolvimento com o chamado “braço político” do Comando Vermelho, cujo representante seria o ex-deputado cassado Thiago Raimundo dos Santos Silva, o TH Joias.

Na terça-feira, Bacellar teve o mandato cassado pelo TSE, na mesma sessão que tornou o ex-governador Cláudio Castro inelegível até 2030 por abuso de poder político e econômico na eleição de 2022, em função das contratações consideradas irregulares de cabos

Divulgação



Ruas foi o único candidato no pleito e pretende disputar o Palácio Guanabara com apoio de Flávio Bolsonaro

» Federação União-PP aprovada

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, por unanimidade, a criação da federação entre o União Brasil e o Progressistas. Anunciado em abril do ano passado, o projeto esperava o julgamento no corte para sair do papel. A União Progressista terá vigência mínima de quatro anos. A ministra-relatora, Estela Aranha, salientou que todos os requisitos formais foram atendidos para a homologação da federação, embora tenha chamado a atenção para alguns ajustes. A União Progressista tem um dos maiores blocos partidários no Congresso — por ora, o União conta com 52 deputados e quatro senadores; o PP, 49 deputados e oito senadores.

mais recente, feita pela Real Time Big Data e divulgada dia 11, põe o ex-prefeito da capital com 46% contra 13% do deputado.

Ruas é apoiado pelo pré-candidato do PL à Presidência, Flávio

Bolsonaro (RJ). Enquanto a nova eleição indireta não ocorre, o deputado Guilherme Delaroli (PL) permanece como presidente interino da Alerj. (Colaborou Fabio Grecchi)

Congresso fica vazio

» EDUARDA ESPOSITO
» WAL LIMA

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), fechou um acordo com os líderes partidários e decidiu que não haverá votações na semana que vem, nem mesmo remotamente. Motivado pelo provável esvaziamento da Casa nos próximos dias, por conta da janela partidária que se fecha em 3 de abril, o deputado se adiantou e liberou as bancadas. A informação, adiantada pela *Folha S.Paulo*, foi confirmada pelo **Correio** junto a líderes, assessores e parlamentares. O requerimento de não realização de sessões deliberativas, nas quais os deputados discutem e votam projetos de lei, foi assinado por todos os líderes e a decisão foi tomada pensando na grande maioria que não viria à Brasília na próxima semana.

Apesar de a próxima semana estar perdida, o que representa menos tempo para análise da matéria, Motta quer levar ao plenário em maio a votação das propostas que acabam com a chamada escala 6x1 e mexem na jornada de trabalho. A ideia é votar duas propostas de emenda à Constituição que tratam do tema. Antes disso, os textos ainda precisam passar pela Comissão de Constituição e Justiça e, depois, por uma comissão especial.

Segundo Motta, o objetivo da 6x1 é melhorar o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, garantindo mais tempo para descanso, saúde e convivência familiar. Ao mesmo tempo, ele reconhece que o tema precisa ser discutido com cuidado para não gerar impactos negativos para as empresas.